



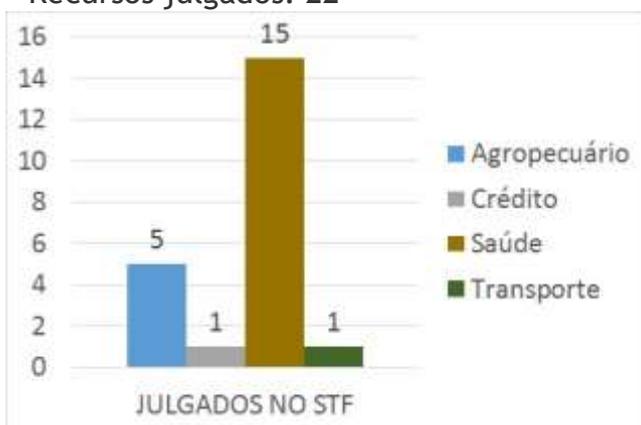
Semana: 13 a 17 de novembro de 2017

Números da semana:

STF:

Recursos distribuídos: 07

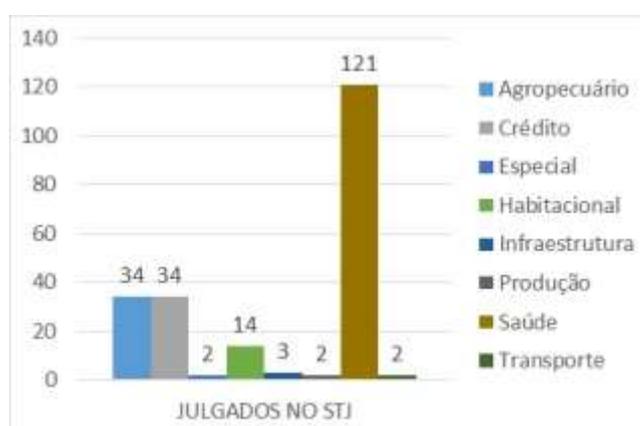
Recursos julgados: 22



STJ:

Recursos distribuídos: 64

Recursos julgados: 212



Destaque



TST afasta condenação em horas extras de empregado que atua em regime de *home office*.

Na semana em que foi editada a Medida Provisória 808/2017, que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, já sob as novas regras estabelecidas pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), o destaque da semana fica para decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que trata de um instituto prestigiado nas novas regras celetistas: o tele trabalho ou *home office*.

Embora a decisão não tenha sido proferida em um recurso de cooperativa, a mesma serve de parâmetro para todas as empregadoras que tenham implantado ou queiram adotar o regime de tele trabalho para seus empregados.

Confira a seguir mais detalhes sobre a decisão do TST entendendo que o empregado que trabalha no sistema de *home office*, sem controle de jornada pelo empregador, atrai para si o ônus de provar o labor exercido em jornada extraordinária.

“A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso da Blackberry Serviços de Suporte de Vendas do Brasil Ltda. e julgou improcedente o pedido de horas extras de um gerente de qualidade que executava suas tarefas no sistema de *home office*. Para a Turma, presume-se que não há controle de horário no trabalho em casa, e caberia ao empregado apresentar prova em sentido contrário.

O ex-gerente da Blackberry, multinacional de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação, alegou que respondia a e-mails e atendia ligações fora do horário de trabalho, e ainda era obrigado a transmitir respostas, pareceres e solicitações aos superiores, sob pena de severas repreensões. Afirmou ainda que fazia viagens frequentes à Argentina, nas quais trabalhava além das oito horas. Por isso, pedia o pagamento de horas extras na média aproximada de cinco horas diárias.

A empresa, por sua vez, argumentou que não havia fiscalização de jornada de trabalho, e que o próprio gerente afirmou que as únicas pessoas às quais se reportava estavam no México e, depois, no Canadá. A testemunha da empresa afirmou que as horas de trabalho, cerca de sete a oito por dia, eram totalmente flexíveis, e não havia sobreaviso. Também disse que, embora fosse comum o recebimento fora do horário de trabalho, não havia necessidade de respondê-los na mesma hora.

O juízo de primeira instância indeferiu o pedido de horas extras, considerando que o gerente foi contratado expressamente para trabalhar em São Paulo (SP), em um escritório residencial remoto, e que não havia nenhuma prova de que sua jornada fosse fiscalizada. Segundo a sentença, o fornecimento de celular com rastreador, por si só, não era suficiente para demonstrar o efetivo controle da jornada.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), no entanto, entendeu que o trabalhador demonstrou o tempo extra alegado e, por outro lado, a Blackberry não provou que não havia fiscalização da jornada nem trabalho suplementar. Para isso, se baseou no depoimento do representante da empresa, que afirmou não saber a frequência com que o colega se dirigia às fábricas e se deslocava à Argentina.

No recurso ao TST, a empresa afirmou que, pelo trabalho ser em sistema de *home office*, era do profissional o ônus de comprovar a fiscalização da jornada e que esta era superior a oito horas.

Para o relator do recurso, ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, não havendo dúvidas de que o gerente trabalhava em casa, existe a presunção de que não havia controle de horário, o que atrai o ônus da prova em sentido contrário para o trabalhador. Como o TRT decidiu com base nas regras de distribuição do ônus da prova, o relator concluiu que houve má aplicação dos artigos 818 da [CLT](#) e 373, inciso I, do novo [CPC](#), que tratam da matéria.”

Processo: [RR - 562-52.2014.5.02.0029](#)

Fonte: TST

Aproveitando o tema, divulgamos abaixo os comentários à Medida Provisória 808/2017 e a cartilha sobre a reforma trabalhista, elaborados pela equipe da Gerência Sindical da

Confederação Nacional de Cooperativas - CNCoop, composta pela Gerente Sindical Jucélia Santana Ferreira, pelos analistas/advogados Márcia Gonçalves de Almeida e Bruno da Silva Vasconcelos e pela técnica de apoio Cristina Piedade Dantas da Glória.

Comentário: "Dentre as mudanças trazidas pela MP nº. 808/2017, de efeitos imediatos, constam a forma de estipulação da jornada de 12 horas por 36 horas, o detalhamento da modalidade de contratação de trabalho intermitente e de trabalho autônomo e o enquadramento do grau de insalubridade e prorrogação de jornada de trabalho em condições insalubres nas negociações coletivas de trabalho. O Sistema OCB continuará acompanhando o trâmite da MP nº. 808/2017 perante o Congresso Nacional, que terá até 120 (cento e vinte) dias para aprovar, mudar ou rejeitar os ajustes promovidos pelo governo.



Gerência Sindical da CNCoop

Por ocasião da edição da Medida Provisória, serão feitas as adequações pertinentes na Cartilha da Reforma Trabalhista do Sistema OCB, disponível no nosso [site](#)."

Principais decisões



Superior Tribunal de Justiça

Assunto: Legalidade da cláusula que prevê a coparticipação do beneficiário após decorridos certo período de internação.



AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. 2. CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. CUSTEIO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR EM UNIDADE CLÍNICA APÓS O 30º DIA DE INTERNAÇÃO. PREVISÃO CONTRATUAL (LEI 9.656/98, ART. 16, VIII). POSSIBILIDADE. CONHECIDO O AGRAVO, MEDIANTE JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO, PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

(STJ, AREsp nº 1.117.173/SP, Rel. MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 13/11/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Assunto: Legalidade da cláusula que prevê a coparticipação do beneficiário após decorridos certo período de internação.



RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. PLANO DE SAÚDE. INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. COPARTICIPAÇÃO APÓS O PERÍODO DE FRANQUIA. CABIMENTO. ART. 16, INCISO VIII, DA LEI 9.656/1998. JULGADOS DESTA CORTE SUPERIOR. 1. Validade da cláusula de contrato de plano de saúde que estabelece a coparticipação do usuário após o término do período de franquia. 2. Autorização legal para a coparticipação no art. 16, inciso VIII, da Lei 9.656/1998. 3. Julgados desta Corte Superior. 4. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(STJ, REsp nº 1.636.267/MG, Rel. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 16/11/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Giro nos Tribunais Estaduais

Assunto: Legalidade da rescisão unilateral do contrato de plano de saúde coletivo por adesão, mediante prévia notificação do consumidor e disponibilização de migração para a modalidade individual ou familiar, sem necessidade de cumprimento de novos prazos de carência.



CONSUMIDOR. CONTRATO COLETIVO POR ADESÃO. PLANO DE SAÚDE. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. RESCISÃO UNILATERAL. OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS IMPOSTOS PELA RESOLUÇÃO 195/2009 DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E RESOLUÇÃO 19/99 DO CONSELHO DE SAÚDE SUPLEMENTAR. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO.

1. Nos termos da Súmula nº 469 do STJ, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de prestação de serviços de saúde. Dessa forma, há solidariedade passiva entre os diversos participantes da cadeia de fornecimento, cujo destinatário final é o consumidor.

2. O parágrafo único do art. 17 da Resolução ANS 195/2009 autoriza a rescisão (rescisão unilateral imotivada) pela empresa contratada, mediante prévia notificação da parte contratante, desde que se disponibilize a opção de migrar para a modalidade individual ou familiar similar, sem necessidade de cumprimento de novos prazos de carência.

2.1. Comprovada a notificação prévia e a disponibilização de plano individual, conclui-se que a conduta dos fornecedores constituiu exercício regular de um direito, em conformidade com o art. 17 da Resolução ANS 195/2009.

3. A demonstração da inexistência de má prestação de serviços afasta o devedor de indenizar os supostos danos morais.

4. Recurso conhecido, preliminares de ilegitimidade passiva rejeitadas e, no mérito, provido.

(TJDFT, Acórdão n.1059092, 20161610092706APC, Relator: DIAULAS COSTA RIBEIRO 8ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 09/11/2017, Publicado no DJE: 16/11/2017. Pág.: 586/598)

Assunto: Inexistência de obrigação da cooperativa de saúde custear serviço de cuidadoria por 24 horas ao paciente submetido a tratamento *home care*, salvo previsão contratual.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO DOMICILIAR (HOME CARE) POR 24 HORAS. IMPOSSIBILIDADE. SERVIÇO NÃO CONTRATADO. I- Sobre o serviço solicitado, cabe reforçar que a agravante não está desassistida do mesmo, pois o serviço home care está sendo prestado à agravada, por liberalidade da cooperativa, ante a ausência de previsão do referido serviço domiciliar no contrato. A recorrente requer, na realidade, a prestação de serviço de cuidadoria por 24 hs, todavia sob o nome de "enfermagem", e não de serviço médico-ambulatorial, pois este já está sendo ofertado à agravante, o que não é exigível pela lei e, ainda, em razão da ausência de contratação. II- Assim, não evidenciados os requisitos autorizadores do artigo 995, parágrafo único, do CPC, bem como de qualquer arbitrariedade, teratologia ou ilegalidade na conduta do julgador a quo, a manutenção da decisão que indeferiu o pedido de tutela provisória é medida que se impõe. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO, PORÉM DESPROVIDO.

(TJGO, Agravo de Instrumento 5266359-41.2017.8.09.0000, Rel. MAURICIO PORFIRIO ROSA, 2ª Câmara Cível, julgado em 16/11/2017, DJe de 16/11/2017)

Assunto: Impossibilidade de transferência da titularidade do plano de saúde por falta de amparo legal.



RECURSO INOMINADO - AÇÃO DECLARATÓRIA CONSTITUTIVA DE DIREITO COM PEDIDO DE TUTELA - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE ILEGITIMIDADE PASSIVA - AFASTAMENTO - MÉRITO - ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DO CONTRATO - IMPOSSIBILIDADE - SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Defiro os benefícios da justiça gratuita pleiteada em sede recursal. É ilegítima a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul - SICREDI UNIÃO MS, pois esta não possui ingerência sobre os contratos, somente oferecendo os planos e realizando cobranças. No mérito, restou evidente nos autos, a relação jurídica entre as partes, e a condição do recorrente de dependente do plano de saúde. É possível que o conteúdo do contrato seja relativizado, autorizando assim modificação de cláusulas, quando estabelecem prestações desproporcionais ou revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas. Entretanto, no caso dos autos, não se verifica nenhuma dessas ocorrências. A pretensão do recorrente, de alterar a titularidade do plano não possui amparo legal, sendo necessária realização de novo contrato, a fim não ferir o princípio da autonomia da vontade. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. Recurso conhecido e, no mérito, NÃO PROVIDO.

(TJMS. Apelação n. 0812832-27.2016.8.12.0110, Juizado Especial Central de Campo Grande, 3ª Turma Recursal Mista, Relator (a): Juíza Patrícia Kelling Karloh, j: 16/11/2017, p: 16/11/2017)

Assunto: Improcedência da ação monitória embasada em cheque nominal não endossado à autora.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS ACOLHIDOS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ILEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO EMBASADA EM CHEQUE NOMINAL NÃO ENDOSSADO À AUTORA. RECURSO DESPROVIDO. - A ação monitória tem como objetivo principal a formação de um título executivo. Assim, aquele credor que detenha documento, despido de executividade, mas que demonstre, em seu conteúdo, a probabilidade concreta de se reconhecer a existência da obrigação a ser cumprida, poderá valer-se do ajuizamento da demanda injuntiva, a fim de torná-lo novamente executável. - Tratando-se de cheque nominal, conclui-se que carece à demandante legitimidade para figurar no polo ativo da presente ação, uma vez que não logrou êxito em demonstrar que o beneficiário da cártula transmitiu-lhe o direito de crédito nela expresso, por meio de endosso.

(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00000527420128150521, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 14-11-2017)

Assunto: Nulidade da execução fundada em nota promissória considerada ilíquida, ante a prova da prática de agiotagem.



EMBARGOS DO DEVEDOR - NOTA PROMISSÓRIA - AGIOTAGEM. Havendo prova suficiente da prática de agiotagem, considera-se ilíquido o título executivo, sendo nula a execução.

(TJMG - Apelação Cível 1.0441.05.001842-9/001, Relator(a): Des.(a) Evangelina Castilho Duarte, 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/11/0017, publicação da súmula em 17/11/2017)

Assunto: Improcedência do pedido de indenização por danos materiais e morais quando indemonstrada a prática de ilícito contratual pela operadora do plano de saúde.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - PLANO DE SAÚDE - INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - PROVA - NÃO DESINCUMBÊNCIA - IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. 1 - O dever de indenizar pressupõe a confluência de três requisitos: a prática de uma conduta antijurídica, comissiva ou omissiva, a existência de um dano e o nexo de causalidade entre esses dois primeiros elementos. 2 - Não provado o ilícito contratual praticado pela operadora do plano de saúde, improcedem os pedidos de indenização por danos materiais e morais.

(TJMG - Apelação Cível 1.0071.14.002928-2/001, Relator(a): Des.(a) Claret de Moraes , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/11/2017, publicação da súmula em 17/11/2017)

Assunto: Possibilidade de rescisão unilateral do plano de saúde coletivo em razão da inadimplência do beneficiário, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 9.656/98.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL. REQUISITOS ATENDIDOS. CONDUTA ANTIJURÍDICA. AUSÊNCIA. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. I - É possível a rescisão unilateral do contrato de plano de saúde em razão da inadimplência do contratante, desde que atendidos aos requisitos da Lei nº 9.656/98. II - A indenização por danos morais somente é devida quando comprovada a ocorrência de um ato ilícito e de um dano passível de atingir a esfera subjetiva da pessoa, aspectos de sua

personalidade, tais como honra, reputação e intimidade, afetando seu comportamento psicológico, causando aflição, desequilíbrio e angústia. III - Recurso conhecido e não provido.

(TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.204318-3/001, Relator(a): Des.(a) Vicente de Oliveira Silva , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/11/2017, publicação da súmula em 17/11/2017)

Assunto: Regularidade do reajuste das mensalidades de plano de saúde coletivo quando demonstrada a existência de desequilíbrio contratual.



APELAÇÃO - AÇÃO DE ORBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REVISIONAL DE CONTRATO - PLANO DE SAÚDE COLETIVO - AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE NO REAJUSTE DAS MENSALIDADES - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Demonstrada a existência de desequilíbrio contratual, não há falar em abusividade do reajuste das mensalidades do plano de saúde coletivo na forma como efetuado.

(TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.211757-3/002, Relator(a): Des.(a) Alberto Henrique , 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/11/2017, publicação da súmula em 17/11/2017)

Assunto: Caracterização da cédula de crédito bancário como título líquido, certo e exigível apto a amparar execução, desde que cumpridos os requisitos do artigo 29 da Lei nº 10.931/04.



DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PRESCRIÇÃO. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. PRAZO. PRESCRIÇÃO TRIENAL.

1. A jurisprudência do STJ, na esteira da literalidade do art. 26 e 28 da Lei n. 10.931/2004, vem entendendo que a Cédula de Crédito Bancário é título de crédito com força executiva (REsp 1291575/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013).

2. Nos termos do que dispõe o art. 44 da Lei n. 10.931/2004, aplica-se às Cédulas de Crédito Bancário, no que couber, a legislação cambial, de modo que se mostra de rigor a incidência do art. 70 da LUG, que prevê o prazo prescricional de 3 (três) anos a contar do vencimento da dívida.

3. A Lei nº 10.931/04 em seu artigo 28, caput e parágrafo segundo, afirma que "a Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no §2º".

4. Preenchidos os requisitos do artigo 29, da Lei nº 10.931/04, a Cédula de Crédito Bancário constitui título líquido, certo e exigível, apto a amparar a execução.

(TJMG - Apelação Cível 1.0344.16.002097-2/001, Relator(a): Des.(a) Cabral da Silva , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/11/2017, publicação da súmula em 17/11/2017)

Assunto: Ilegitimidade passiva da cooperativa de taxistas para figurar em ação de indenização decorrente de acidente de trânsito supostamente causado por condutor cooperado.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COOPERATIVA DE TÁXI E CONDUTOR INCLUÍDOS NO POLO PASSIVO DA LIDE. EXCLUSÃO DE LITISCONSORTE. ILEGITIMIDADE DA COOPERATIVA PERANTE O AUTOR (VÍTIMA). Em ação de indenização por acidente de trânsito, supostamente causado por condutor de táxi, a respectiva cooperativa de taxistas não possui, em regra, legitimidade para ser incluída no polo passivo da lide, mormente quando não é a proprietária do veículo, não presta os serviços de transporte em seu nome e não mantém vínculo empregatício com seus cooperados.

(TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.17.050999-6/001, Relator(a): Des.(a) Vicente de Oliveira Silva , 10ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/11/0017, publicação da súmula em 16/11/2017)

Assunto: Não submissão do crédito oriundo de contrato de mútuo com alienação fiduciária, garantido por imóvel, aos efeitos da recuperação judicial.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CONTRATO DE MUTUO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - GARANTIDO POR IMÓVEL QUE NÃO É DE PROPRIEDADE DA RECUPERANDA, MAS DE TERCEIRO - CRÉDITO NÃO SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - INCIDÊNCIA DO ART. 49, § 3º, DA LEI Nº 11.101/2005 -De acordo com a Lei nº 11.101/05, Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...) § 3º. Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva (...). --Demonstrado nos autos que o imóvel dado em garantia ao contrato de mútuo com alienação fiduciária, firmado entre as partes, sequer é de propriedade da recuperanda, bem como por se tratar de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bem imóvel, cujo crédito não se sujeita aos efeitos da

recuperação judicial, a teor do art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/05, impõe-se a reforma da decisão que determinou o imediato sobrestamento do procedimento administrativo de consolidação da propriedade fiduciária ao fundamento de "sujeição da integralidade do crédito aos efeitos da presente Recuperação Judicial".

(TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0481.16.020636-5/006, Relator(a): Des.(a) Yeda Athias , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/10/2017, publicação da súmula em 14/11/2017)

Assunto: Nulidade do auto de infração que não contenha a assinatura da autoridade fiscal e não indique de forma clara e precisa a operação tributária que ensejou sua lavratura.



AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO - AUTO DE INFRAÇÃO nº 33 e 52 - RECOLHIMENTO A MENOR DE ISSQN - DESCRIÇÃO GENÉRICA - DESCONHECIMENTO DA OPERAÇÃO TRIBUTÁRIA - CERCEAMENTO DE DEFESA - NULIDADE - AUSÊNCIA DE ASSINATURA DA AUTORIDADE FISCAL - VÍCIO INSANÁVEL - SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - PROVEITO ECONÔMICO SUPERIOR A 200 SALÁRIOS-MÍNIMOS - ARBITRAMENTO EM FAIXAS PROGRESSIVAS - ART. 85, §5º, NCPC - PROVIMENTO DO SEGUNDO APELO.

- É nulo o Auto de Infração que não indica de forma clara e precisa a operação tributária, cujo recolhimento a menor ensejou a sua lavratura, por dificultar o exercício da ampla defesa e do contraditório no âmbito do processo fiscal, além de constituir violação ao artigo 217, da LC nº 40/06, do Município de Patrocínio, bem como ao artigo 142, do Código Tributário Nacional, o qual expressamente determina que o lançamento indicará o fato gerador da obrigação correspondente.

- Padece também de vício insanável o Auto de Infração que não contém a assinatura da autoridade fiscal, providência esta que confere autenticidade ao documento e sem a qual não é possível aferir a competência daquele que o lavrou.

- Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a sua condenação em honorários deverá observar os percentuais previstos nos incisos I a V, do §3º, do artigo 85, do NCPC, sem olvidar os critérios citados no §2º, do mesmo dispositivo. Ademais, quando o proveito econômico for superior a 200 salários mínimos, a fixação da verba honorária deverá se dar em faixas progressivas, nos termos do §5º, do mesmo artigo.

(TJMG - Apelação Cível 1.0481.13.000460-1/001, Relator(a): Des.(a) Wilson Benevides , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 31/10/2017, publicação da súmula em 14/11/2017)

Assunto: Descabimento de ação de prestação de contas para modificar relação obrigacional estabelecida entre cooperativa e associado.



AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.SEGUNDA FASE. PEDIDO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS QUE, NA VERDADE, OBJETIVA A ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO DO COOPERADO. PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL HAVIDA ENTRE AS PARTES. NÃO CABIMENTO. ACERVO PROBATÓRIO QUE, ADEMAIS, COMPROVA O CORRETO EQUACIONAMENTO ECONÔMICO DA RELAÇÃO JURÍDICA. DESPESAS COM INSUMOS DA ATIVIDADE PRODUTIVA SATISFATORIAMENTE JUSTIFICADAS. TAXA DE RETENÇÃO DE CAPITAL. OBRIGAÇÃO ESTATUTÁRIA. ACOLHIMENTO DAS CONTAS APRESENTADAS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 18ª C.Cível - AC - 1615835-9 - Palmeira - Rel.: Vitor Roberto Silva - Unânime - J. 08.11.2017, Publicado em 16/11/2017)

Assunto: Desnecessidade de notificação pessoal de devedor para hasta pública extrajudicial por ausência de previsão legal.



AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. IMÓVEL DADO EM GARANTIA DA DÍVIDA. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE EM NOME DA CREDORA FIDUCIANTE APÓS TRANSCORRIDO O PRAZO DA NOTIFICAÇÃO PARA PURGAÇÃO DA MORA SEM MANIFESTAÇÃO DOS DEVEDORES. LEILÃO EXTRAJUDICIAL. NOTIFICAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI Nº 9.514/1997. DECISÃO MANTIDA.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 13ª C.Cível - AC - 1647775-5 - Goioerê - Rel.: Athos Pereira Jorge Junior - Unânime - J. 08.11.2017, Publicado em 14/11/2017)

Assunto: Impossibilidade de discussão da existência de vício de vontade em negócio jurídico e da possibilidade de compensação de crédito líquido com crédito incerto no bojo de exceção de pré-executividade.



AGRAVO DE INSTRUMENTO.EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL.DISSCUSSÃO SOBRE O CABIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PARA A DISCUSSÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO CONTAMINADO POR VÍCIO DE VONTADE, BEM COMO SOBRE A POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO LÍQUIDO COM CRÉDITO CUJA CONSTITUIÇÃO É BUSCADA EM PROCESSO DE CONHECIMENTO.1. O documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas, por meio do qual aquele se comprometa a cumprir obrigação certa em data determinada, configura título executivo extrajudicial (CPC, artigo 794, III), atributivo ao crédito dos predicados de certeza, liquidez e exigibilidade, que tornam possível sua cobrança pela via executiva. É incabível

investigar, no bojo da execução, se o negócio jurídico foi contaminado por vício de vontade (coação), pois nela não há espaço para dilação probatória.2. A compensação só é possível entre dívidas líquidas e vencidas, nos termos do que dispõe o artigo 369 do Código Civil. Inviabilidade, nesse contexto, de compensação de um crédito documentado em título executivo com outro de existência incerta, cuja constituição é buscada em processo de conhecimento.3. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

(TJPR - 13ª C.Cível - AI - 1730973-2 - Castro - Rel.: Luiz Henrique Miranda - Unânime - J. 08.11.2017, Publicado em 17/11/2017)

Assunto: Ausência de interesse de agir em ação cautelar de exibição de documentos quando indemonstrado prévio requerimento administrativo desatendido.



Cautelar. Exibição de documentos. Interesse de agir. Ausência. Necessidade de demonstrar o prévio pagamento pelo custo do serviço e recusa da entidade financeira no fornecimento dos documentos desejados. Tese submetida ao Art. 543-C do CPC/73 no julgamento do REsp 1349453/MS. Carência de ação. Reconhecimento. Sucumbência a cargo da parte autora. Apelação provida.

(TJPR - 15ª C.Cível - AC - 1743148-4 - Ampére - Rel.: Hamilton Mussi Correa - Unânime - J. 08.11.2017, Publicado em 14/11/2017)

Assunto: Necessidade de comprovação da natureza salarial de valores depositados em conta corrente para afastamento de constrição judicial.



PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO FEITO EM VIRTUDE DA INEXISTÊNCIA DE BENS. DEFERIMENTO. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. INEXISTÊNCIA DE INÉRCIA DO EXEQUENTE. IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO PROCESSO. 2. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS VIA BACENJUD. VALORES DEPOSITADOS EM CONTA CORRENTE. IMPENHORABILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA. ÔNUS DO EXECUTADO. EXEGESE DO ART. 854, §3º, DO CPC/15. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. 1. O pedido de suspensão da execução em face da inexistência de bens constitui motivo justo a impedir a prescrição intercorrente, não se caracterizando inércia ou desídia do credor. 2. Nos termos do art. 833, IV, do CPC, o salário é impenhorável, sendo ônus do executado a comprovação de que a verba depositada na sua conta corrente tem origem salarial, segundo dispõe o art. 854, § 3º, do CPC/15. Por conseguinte, a ausência de provas de que os ativos

financeiros constritos têm Natureza salarial impede a liberação do bloqueio judicial. Agravo de Instrumento desprovido.

(TJPR - 15ª C.Cível - AI - 1728540-2 - Toledo - Rel.: Jucimar Novochadlo - Unânime - J. 01.11.2017, Publicado em 14/11/2017)

Assunto: Legalidade da negativa de inclusão de novo associado no quadro social diante de dúvida razoável quanto à possibilidade técnica da cooperativa.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C ASTREINTES. INCLUSÃO DO AUTOR NO QUADRO DE ASSOCIADOS DA UNIMED. PEDIDO DE CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA. ART. 311, INCISO IV, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. DÚVIDA RAZOÁVEL ACERCA DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA REQUERIDA/ AGRAVADA EM INCLUIR O AUTOR/AGRAVANTE EM SEU QUADRO. CONTROVÉRSIA QUE NÃO RESIDE NO PREENCHIMENTO DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO PELO AUTOR/AGRAVANTE. PROVA DOCUMENTAL JUNTADA NA EXORDIAL INSUFICIENTE PARA ANÁLISE APROFUNDADA DA IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA DA COOPERATIVA. - Havendo dúvida razoável quanto à possibilidade técnica da cooperativa em incluir o réu em seu quadro de cooperados, não se faz possível a concessão da tutela provisória de evidência fundamentada na suficiência da prova documental que demonstra apenas a aptidão admissional do autor. Recurso não provido.

(TJPR - 18ª C.Cível - AI - 1707539-9 - Ponta Grossa - Rel.: Pericles Bellusci de Batista Pereira - Unânime - J. 01.11.2017, Publicado em 14/11/2017)

Assunto: Não cabimento de ação de prestação de contas para modificação de ajustes contratuais.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - SEGUNDA FASE - SENTENÇA QUE REJEITOU AS CONTAS PRESTADAS PELA RÉ - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA PARA PLEITO REVISIONAL - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO RESP 1497831/PR, JULGADO SOB O RITO DOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (ART. 927, III, DO CPC/15) - IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DOS AJUSTES CONTRATUAIS - PRESTAÇÃO DE CONTAS QUE DEVE ATENDER APENAS AOS REQUISITOS DA FORMA MERCANTIL E COMPATIBILIDADE MATEMÁTICA - OBSERVÂNCIA, NO CASO - CONTAS QUE DEVEM SER JULGADAS BOAS NESSE ASPECTO - DEMAIS MATÉRIAS SUSCITADAS NO APELO QUE RESTAM PREJUDICADAS - SENTENÇA REFORMADA - ÔNUS SUCUMBENCIAIS READEQUADOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS FIXADOS - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 14ª C.Cível - AC - 1642581-3 - Cascavel - Rel.: José Hipólito Xavier da Silva - Unânime - J. 01.11.2017)

Assunto: Necessidade de indicação do valor tido como correto e da apresentação do demonstrativo de cálculo em ação de embargos fundados em excesso de execução.



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, I, CPC. INSURGÊNCIA DOS EMBARGANTES. ALEGADA DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO E DA MEMÓRIA DE CÁLCULO. IMPROCEDÊNCIA. EXEGESE DO ART. 739-A, § 5º, DO CPC DE 1973. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0301127-52.2015.8.24.0058, de São Bento do Sul, rel. Des. Soraya Nunes Lins, Quinta Câmara de Direito Comercial, j. 16-11-2017)

Assunto: Possibilidade de ajuizamento ou prosseguimento de ações contra os coobrigados mesmo após a aprovação do plano de recuperação judicial.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO AGRAVADA QUE DETERMINOU O LEILÃO DOS IMÓVEIS PENHORADOS. INSURGÊNCIA DOS EXECUTADOS. PRETENSÃO DE EXTINÇÃO DO FEITO, SOB O ARGUMENTO DE QUE A EMPRESA DEVEDORA TEVE APROVADO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALEGAÇÃO QUE NÃO PROSPERA. NOVAÇÃO DOS CRÉDITOS ANTERIORES AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE NÃO ATINGE AS GARANTIAS DAS DÍVIDAS. MANUTENÇÃO DO DIREITO DOS CREDORES CONTRA OS COOBIGADOS. EXEGESE DOS ARTS. 49, § 1º, E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/05. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSOLIDADO NO RESP N. 1333349/SP, JULGADO COMO RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA, E NA SÚMULA 581. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO AJUIZADA CONTRA OS AVALISTAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJSC, Agravo de Instrumento n. 4003228-76.2017.8.24.0000, de Lages, rel. Des. Soraya Nunes Lins, Quinta Câmara de Direito Comercial, j. 16-11-2017)

Assunto: Legalidade da exigência de aprovação em processo seletivo para ingresso no quadro social de cooperativa médica.



Apelação. Cooperativa. Inclusão de médica em cooperativa. Exigência de processo seletivo que se mostra compatível com a Lei e o estatuto social. Precedentes. Caso em que o autor foi reprovado em concurso para realizar o curso, cuja conclusão é requisito para ingresso nos quadros da ré. Possibilidade de que a cooperativa exija a prévia aprovação ao seu processo seletivo (art. 29, caput, da Lei nº 5.764/71). Recusa regular. Sentença reformada. Recurso provido.

(TJSP; Apelação 1018713-96.2016.8.26.0114; Relator (a): Hamid Bdine; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Campinas - 10ª Vara Cível; Data do Julgamento: 18/10/2017; Data de Registro: 16/11/2017)

Assunto: Possibilidade de cobrança, pela cooperativa, de dívida oriunda de rateio de perdas aprovadas, até a assembleia geral do exercício em que se deu o desligamento do cooperado.



Cooperativa - Ação de cobrança - rateio das perdas operacionais no ano do desligamento - Procedência - Confirmação - Realização de assembleia e aprovação de balanço patrimonial - Artigos 10 e 34 do Estatuto Social - Apelo desprovido.

(TJSP; Apelação 1002228-19.2014.8.26.0008; Relator (a): Fortes Barbosa; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Regional VIII - Tatuapé - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 16/11/2017; Data de Registro: 16/11/2017)

Assunto: Caracterização de excesso de execução quando a penhora de faturamento de cooperativa for superior a 5% por se tratar de constrição que impacta a manutenção das atividades da sociedade, que não possui qualquer finalidade lucrativa.



EMBARGOS À EXECUÇÃO - PEÇA PROTOCOLADA NO BOJO DO PROCESSO EXECUTIVO, EM CONTRARIEDADE AO COMANDO DO ART. 914, §1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - RECEBIMENTO COMO SIMPLES PETIÇÃO, COM POSTERIOR ENFRENTAMENTO E REJEIÇÃO DA MATÉRIA VERSADA, MEDIANTE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - PRETENSÃO DO AGRAVANTE À NULIDADE DO PROCESSO EXECUTIVO DESDE A DECISÃO QUE DEIXARA DE PROCEDER À RESPECTIVA AUTUAÇÃO EM APARTADO - DESCABIMENTO - MEDIDA QUE COMPETIA AO PRÓPRIO ADVOGADO QUE, DIANTE DO DESPACHO QUE DEIXARA DE RECEBER A CITADA PETIÇÃO COMO EMBARGOS, PODERIA TER PROCEDIDO À RESPECTIVA RETIFICAÇÃO OU MESMO A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA VERSADA POR MEIO DO PRESENTE RECURSO, O QUE NÃO OCORREU - CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO LEGITIMA, TODAVIA, A NULIDADE PLEITEADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO - PENHORA DE 15% DO FATURAMENTO DA EXECUTADA - PRETENSÃO À REDUÇÃO PARA 5% - CABIMENTO, CONFORME ENTENDIMENTO REITERADAMENTE ADOTADO POR ESTA COLENDIA 23ª CÂMARA DE DIREITO PROVADO - RECURSO PROVIDO EM PARTE.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2179041-97.2017.8.26.0000; Relator (a): Paulo Roberto de Santana; Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Foro de Atibaia - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 14/11/2017; Data de Registro: 14/11/2017)

Assunto: Ausência de responsabilidade civil de operadora de plano de saúde por mero inadimplemento contratual.



Plano de saúde. Ação declaratória de nulidade contratual c.c. obrigação de fazer e indenização por danos morais. Negativa de cobertura contratual. Indenização por danos morais. Não ocorrência. Mero inadimplemento contratual que não tem o condão de gerar indenização a este título. R. sentença mantida. Recurso improvido.

(TJSP; Apelação 1003223-94.2016.8.26.0482; Relator (a): José Joaquim dos Santos; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado; Foro de Presidente Prudente - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 14/11/2017; Data de Registro: 16/11/2017)

Assunto: Reconhecimento da ocorrência de prescrição intercorrente em execução fiscal ajuizada para cobrança de IPTU em virtude da inércia da municipalidade.



Execução fiscal. IPTU e taxa de remoção de lixo domiciliar do exercício de 2008. A sentença extinguiu a execução fiscal em virtude do reconhecimento da prescrição intercorrente (art. 487, II, do CPC/15). Acerto da decisão. Interrupção do prazo prescricional pelo despacho citatório, nos termos do art. 174, parágrafo único, I do CTN (redação LC 118/05). Demora na tramitação do feito não exclusiva da máquina judiciária. A municipalidade exequente não fora diligente, o bastante, na promoção do andamento processual e na adoção das medidas necessárias à percepção da soma creditícia tributária estampada na CDA, fato que afasta a incidência do teor da Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça. Isto é, não obstante a execução haver sido ajuizada dentro do prazo prescricional, a Fazenda após alcançar a citação do polo passivo não cuidou de dar o adequado impulso ao processo. Limitou-se, apenas a postular - em iteração - a citação no mesmo endereço anteriormente diligenciado. Ademais, as discussões travadas na esfera do Recurso Extraordinário 63652 não são capazes de afetar o desfecho dado ao feito pelo juízo e de igual modo, não permitem cancelar o reclamo recursal fazendário. Nega-se provimento ao recurso.

(TJSP; Apelação 0500408-82.2009.8.26.0562; Relator (a): Beatriz Braga; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Público; Foro de Santos - 2ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 09/11/2017; Data de Registro: 16/11/2017)

Assunto: Reconhecimento da ocorrência de prescrição intercorrente em execução fiscal ajuizada para cobrança de IPTU em virtude da inércia da municipalidade.



APELAÇÃO - Execução fiscal - IPTU - Exercícios de 1988 a 1992, 1994 e 1995 - Ação ajuizada antes do advento da LC nº 118/05, que deu nova redação ao artigo 174, I, do CTN, quando somente a citação válida tinha o condão de interromper o lapso prescricional - Sentença que reconheceu prescrita a pretensão de cobrança - Inércia da Municipalidade configurada - Prescrição consumada - Recurso não provido.

(TJSP; Apelação 0010935-42.1994.8.26.0477; Relator (a): Cláudio Marques; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Público; Foro de Praia Grande - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 09/11/2017; Data de Registro: 14/11/2017)

Pautas de Julgamento



31 processos pautados no Superior Tribunal de Justiça.



SAÚDE

09 recursos no STJ



CRÉDITO

06 recursos no STJ



AGROPECUÁRIO

09 recursos no STJ



TRANSPORTE

01 recurso no STJ



HABITACIONAL

04 recursos no STJ



CONSUMO

01 recurso no STJ



TRABALHO

01 recurso no STJ

Clique e acesse a pauta completa no STJ



Elaborado pela Assessoria Jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

61 3217-2104 - www.somoscooperativismo.coop.br

